

CRP ao serviço de uma internet dos cidadãos

Aos olhos de um observador inteligente os territórios são cristais multifacetados, reinventados e recriados de forma continuada. No plano analítico os territórios encontram-se no cruzamento de três tipos de redes: as redes institucionais, de geometria fixa, as redes sociais, de geometria variável e as redes tecno-funcionais, também de geometria variável. Neste alinhamento promissor, a realidade diz-nos, infelizmente, que preferimos trocar o capital social, recurso barato e abundante da cooperação interpares, por capital político-institucional produzido por estruturas burocráticas do estado-central e do estado-local. Em consequência, a desafeição política que hoje se verifica em quase todos os sistemas políticos domésticos tem a ver com este grave desequilíbrio em que o poder reside mais nas redes institucionais e burocráticas do estado-administração, enquanto o capital social, mais difuso e inorgânico, reside nas redes sociais e funcionais de geometria variável. A consequência lógica e a expressão deste desequilíbrio mostram-nos que o ativismo político das gerações mais jovens passou a morar nas redes sociais e nas comunidades *online* onde procura pertencimento, identidade e reconhecimento. Estamos muito longe de uma interação favorável e positiva entre comunidades *online* e *offline*. Há aqui muito trabalho para fazer em matéria de investigação-ação-extensão.

Entretanto, a explosão, nos últimos anos, de novos sinais distintivos territoriais (SDT), aumenta extraordinariamente, esperamos nós, o número e a qualidade das representações que fazemos dos territórios e de cada um em concreto. A iconografia territorial é um discurso de legitimação, mas reporta-se, também, a um território-desejado. Cada território apresenta, assim, potencialmente, múltiplas territorialidades, isto é, converte-se num significante com muitas significações e significados, logo, objeto de muitas geometrias variáveis.

Na verdade, nos últimos anos foram criadas em muitas regiões do país, com o apoio de fundos europeus e nacionais, o que poderíamos denominar como o *embrião de comunidades inteligentes*, por exemplo: parques de ciência e tecnologia, centros de investigação e desenvolvimento, polos tecnológicos, centros de negócios, academias de formação, ninhos de empresas, incubadoras e aceleradoras de *startup*, espaços de *coworking*, uma rede de *smart cities*, uma rede de *living labs*, uma rede nacional de associações de desenvolvimento local, uma rede rural nacional, sociedades de *capital venture*, uma Startup Portugal, uma associação de *business angels*, *hubs* tecnológicos e

criativos, para além de muitas associações empresariais de geometria muito variável. Ora, pensemos, por um momento, nos imensos efeitos difusos e dispersivos, de duvidosa sustentabilidade, com origem em todas estas presumidas comunidades inteligentes, pensemos no seu impacto aglomerativo e coesivo sobre os territórios de baixa densidade e ficamos, de imediato, com um amargo de boca no que diz respeito à sua eficácia, eficiência e efetividade. Com algumas exceções, como sempre acontece.

De facto, há uma diferença enorme entre o conforto de uma rede digital gerida por uma comunidade online e o desconforto de um problema real gerido por uma comunidade offline, já para não falar da qualidade do ator-rede que administra a rede digital distribuída. Hoje, à nova economia digital não bastam as comunidades *online* criadas de geração espontânea em espaços de *coworking* ou *fablab* municipais. Esta é a versão *fashion* do problema que temos entre mãos e que as políticas públicas de coesão alimentam amiúde, com incentivos de ocasião, quantas vezes sem sucesso visível ou aparente. Também não bastam as *start-up* geradas em incubadoras e aceleradoras, quais corredores solitários em busca de uma pista segura que lhes garanta um mínimo de sustentabilidade. À nossa frente está, portanto, um trabalho enorme de construção social e política de uma sociedade colaborativa a partir de uma base comum de inteligência coletiva territorial (racional, emocional, natural e artificial) que as CRP (comunidades, redes e plataformas) podem ajudar a montar e operar.

Acresce que, a cooperação territorial descentralizada, um recurso acessível e barato, aumenta os ativos à nossa disposição e valoriza os elementos que antes podiam ser considerados marginais. Além disso, se dermos um passo atrás podemos observar como os padrões na natureza e na sociedade se reforçam mutuamente e formam outros tantos sinais distintivos da nossa identidade. Estas breves referências servem apenas para recolocar o nosso problema, ou seja, os territórios têm muitos mais recursos e ativos do que nós imaginamos, apenas não foram ainda redescobertos e recompostos pela investigação-ação coletiva. Esta é, também, a essência dos *sinais distintivos territoriais* (SDT), fruto da arte da recomposição de fatores socioculturais e socioeconómicos, que permite novas hermenêuticas territoriais e, portanto, novos significados e significações, enquanto transporta mais valor imaterial para a valorização dos sistemas produtivos locais e regionais.

A título de exemplo, uma denominação de origem, uma indicação geográfica, uma marca coletiva, uma figura prestigiada, uma paisagem literária, um ícone histórico-cultural, um endemismo local, o artesanato de qualidade, a gastronomia tradicional, todos são um bom pretexto para iniciar a arte da recomposição das cadeias de valor tradicionais. A economia imaterial, mas, também, a economia circular e a economia colaborativa jogam aqui um papel decisivo pois abrem a porta a inúmeros fatores imateriais e intangíveis que contribuem fortemente para recriar as cadeias de valor hoje existentes. Há mesmo, em alguns casos, uma inversão da cadeia de valor, pois é a mais-valia simbólica da economia do imaterial e do intangível que determina a importância e a projeção económica da cadeia de valor material. É uma grande oportunidade para as regiões mais pobres em recursos materiais.

No mesmo sentido joga a economia circular, pois *na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma*. Tal como a economia do imaterial, também a economia circular transforma profundamente as cadeias de produção e valor. A sinergia toma progressivamente o lugar da entropia e isto por duas vias: os resíduos que se transformam em recursos, por sua vez *internalizados* em atividades económicas, e as externalidades negativas que são reduzidas ou eliminadas e que são, igualmente, internalizadas na atividade económica. A produção específica de *internalidades* é, doravante, não apenas um campo específico de investigação, mas, também, uma forma de autorregulação da cadeia local de valor e ao privilegiar a prestação de serviços é toda a comunidade local que beneficia com essa nova rede de trocas.

Estamos, portanto, perante um problema de escolhas e opções, logo, de atores-rede e modelos de governança territorial que apelam à arte e ciência das comunidades inteligentes, redes sociais e plataformas colaborativas, se quisermos, a uma internet democrática ao serviço dos cidadãos (CRP).